



Notas sobre política cultural contemporânea

Tereza Ventura*

Resumo – Neste texto, aborda-se a redefinição das agendas de política cultural, relacionando-as aos conceitos de reconhecimento, pluralismo cultural, justiça e igualdade. Esses conceitos, bem como os movimentos sociais que os sustentam, trazem à tona dimensões éticas, morais e identitárias que, tendo permanecido sob a tutela do Estado, eram silenciadas do debate político-cultural. Destaca-se, ainda, a importância do Estado na conciliação de processos socioculturais particulares com modelos universais de cidadania e de política.

Palavras-chave: cultura; reconhecimento; pluralismo; cidadania; espaço público.

1. Cultura e representação política

A relação entre cultura e representação política tem sido objeto de redefinição e debate nas políticas públicas contemporâneas. Governos, movimentos sociais, organizações não-governamentais, nacionais e internacionais, setor privado e agências multilaterais de desenvolvimento estão em coalizão no sentido de implementar políticas de empoderamento comunitário. Todos esses atores, de acordo com sua lógica específica de atuação, estão envolvidos na legitimação de concepções alternativas de reconhecimento cultural das minorias. As agendas voltadas para a preservação da sustentabilidade ambiental, dos direitos humanos,

de igualdade de gênero, igualdade étnica e empoderamento local, inevitavelmente, trouxeram à tona a idéia fundamental de reconhecimento dos estilos de vida e da produção material e imaterial das diversas culturas. Novas formas de participação e de luta das comunidades na representação política de suas culturas incluem a justificativa ética do direito ao seu *modus vivendi* e a expansão de suas aspirações e habilidades como uma demanda por justiça. (Armathia Sen, 1995)

O debate teórico e acadêmico sobre: direitos das minorias, multiculturalismo, reconhecimento e pluralismo ampliou a importância de questões como auto-estima e representação local e global das comunidades que, por um

* Pós-Doutora em Políticas Culturais pela New York University, Doutora em Sociologia da Cultura pela USP, Professora de Sociologia da Cultura da UERJ e Pesquisadora do LPP/UERJ. E-mail: tereza@lpp-uerj.net.



longo período histórico, foram mantidas isoladas das políticas do Estado Nacional e das agências internacionais. Contudo, as pressões do mercado criam condições complexas que afetam a dinâmica política, sociocultural, a natureza simbólica e a sobrevivência econômica das comunidades.

O desafio do processo democrático é conciliar a igualdade social, pluralismo cultural, cidadania e economia política. As políticas culturais voltadas para a preservação cultural das minorias não alcançaram estabilidade institucional e enfrentam a desregulação crescente e o avanço do mercado globalizado que se respalda na racionalidade econômica da busca de mercados alternativos para formas de produtividade local. Esse é o caso de várias comunidades indígenas e tradicionais que têm suporte de grandes corporações internacionais sem qualquer intervenção reguladora do Estado e da Justiça. Por um lado, a mobilização política para o reconhecimento cultural desloca as condições sócio-econômicas e jurídicas no que diz respeito ao direito civil e político de autogovernança (Fraser, 1995). De outro lado, a ausência de reconhecimento e legitimidade (Honneth, 1995, 2004; Taylor, 1992) pode afetar a sentido coletivo e solidário, o auto-respeito e autoconfiança das comunidades “subalternas”. Várias iniciativas comunitárias, sejam urbanas ou tradicionais, têm demonstrado que a ética de pertencimento a um *modus vivendi* (ser, fazer e viver) é também

uma luta criativa, na qual as políticas culturais e movimentos de reconhecimento desempenham papéis cruciais.

Empoderamento comunitário

Como já foi dito, a implementação de projetos locais de desenvolvimento trouxe a co-alizão entre os atores do mercado, mobilizados por interesses neoliberais, os movimentos sociais e as comunidades locais, todos eles interessados na redefinição do poder do Estado sobre a sociedade e sobre o mercado. Desde os anos 1980, ativistas sociais nacionais e internacionais têm alcançado importante posição dentro das comunidades e contribuído para dar visibilidade política aos temas do pluralismo, identidade e reconhecimento das minorias.

O movimento social de reconhecimento reflete também as transformações da esfera da cultura no contexto de um capitalismo pós-industrial, no qual a classe social não atua como base de referência da identidade e das lutas sociais, e o Estado e as agências públicas não atuam como únicas forças reguladoras dos dispositivos institucionais de representação e distinção da cultura em suas variáveis nacional, popular e erudita. Trata-se de um contexto em que práticas vinculadas às comunidades étnicas, indígenas e urbanas de rua ganham evidência por trazer dispositivos de representação de grupos subalternos e autodidatas, ausentes não só nas



esferas legítimas da cultura nacional, popular e erudita, como também nas agendas de reivindicação política e social.

De outra parte, desde o fim do regime comunista, os Estados Nacionais, tanto da Europa, quanto da América Latina, se defrontam com a problematização ao nível público de uma economia da cultura e de sua racionalidade administrativa. As principais iniciativas na área de política cultural se deram em regimes autoritários ou em Estados social-democratas, de modo que a combinação entre democracia liberal e pluralista e política cultural é um fato novo no processo contemporâneo. Considerando o fato de que a política cultural nacional deve levar em conta os condicionantes políticos e econômicos da globalização, as distâncias internacionais se encurtam para alguns setores da indústria da comunicação inseridos no mercado global, enquanto aumentam as distâncias internas em relação ao consumo e ao mercado de produtos nacionais. A América Latina, embora possua 9% da população mundial, detém apenas 0,8% da exportação de bens culturais, enquanto o mercado de exportação europeu com 7% da população mundial exporta 37,5% de seus bens culturais.

A política cultural não pode ignorar os critérios próprios da racionalidade do mercado que induzem à privatização e à desregulação da produção cultural, por outro lado, não pode ignorar as bases normativas que sustentam a vida democrática na era pós-industrial.

Cultura, rede e movimentos sociais

Com a globalização, a política cultural passa a se inscrever num conjunto mais amplo de demandas e formas de luta e pertença simbólica que veiculam pretensões de reconhecimento étnico, cultural, sexual, afetivo e de potencialidades criativas inscritas em redes locais específicas de organização e diferenciação social e individual. Movimentos de solidariedade, de modo ainda informal, passaram a canalizar aspirações das manifestações culturais locais fossem elas sociais, morais, afetivas, de ressentimento, enfim, fontes de motivação de interpeção e resistência política. Os movimentos de solidariedade se configuram como espaços de atuação e reivindicação, no qual os agentes locais articulam e tematizam repertórios culturais, lógicas e códigos de conduta que não coincidem com os do Estado e do mercado. Apoiados em novas formas de cooperação, esses agentes resistem à assimilação às estruturas partidárias e institucionais do Estado. Os anos 1990 foram paradigmáticos no que diz respeito à visibilidade da pobreza e da desigualdade social e cultural através de um conjunto de acontecimentos globais que mostravam, além da pobreza extrema, a humilhação moral e física sofrida pelas diversas populações das periferias do mundo capitalista civilizado como Paris, Nova York ou Londres. Conceitos como desigualdade e exclusão ganhavam significados mais amplos associados às dimensões éticas, morais e identitárias, como também as formas de



expressão e relação que os grupos periféricos constroem com a cidade e o espaço público transnacional. Novas arenas de tematização dos problemas vivenciados no cotidiano e nas relações sociais concretas são articuladas no âmbito de estruturas associativas locais, trans-locais, iniciativas de base, festas e territórios digitais de referência que se disseminavam descentralizadamente pelo mundo. Vários episódios brutais de execução das populações de favelas chamavam atenção dos movimentos sociais e da imprensa internacional. A violência policial se destacava no debate público, pelo assassinato brutal de 111 detentos do Presídio Carandiru em São Paulo (02 de outubro de 1992), pelo assassinato freqüente de menores e trabalhadores residentes das favelas considerados como “desaparecidos” e pelo assassinato da líder do movimento Mães de Acari, Edméia Eusébia, que denunciava o “desaparecimento” de crianças e liderava a luta judicial e social das mães pela apuração dos “desaparecimentos”. Naquele mesmo mês de agosto de 1993, oito crianças de rua foram assassinadas pela polícia, episódio que ficou conhecido como o Massacre da Candelária. A violência policial mobilizou entidades internacionais como a Anistia Internacional, o Human Rights Watch, que, em conjunto com movimentos sociais locais, atuam na luta pela inclusão social e pelo respeito moral e cultural às minorias.

Destaca-se o movimento Ação da cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, liderado pelo sociólogo Hebert de Souza – o Betinho –,

que agregava e dava voz aos diversos segmentos representativos das comunidades locais. As ONGs estabeleciam parcerias com os grupos locais e internacionais e intermediavam o apoio da prefeitura, de advogados para processos judiciais, implantavam projetos culturais e apoiavam rádios comunitárias. Contudo, a presença do Estado e do poder público nas comunidades periféricas ainda é insignificante quando comparada à presença da polícia e do poder local que pode ser o do tráfico de drogas ou dos grandes proprietários de terra. O movimento globalizador proporcionou, tanto para as comunidades indígenas quanto para as urbanas, o acesso à comunicação eletrônica interativa através de redes de Internet e a difusão de canais comunitários de rádio e televisão, incluindo-se aí as rádios e gravações piratas que se disseminavam em várias comunidades. As redes de internet proporcionaram a internacionalização da troca, cooperação intercultural e o acesso fácil e descentralizado à informação (Castells, 1997). Acresce-se o fato de que o crescimento do mercado de equipamentos eletrônicos, vídeos, televisão e assinaturas de TV a cabo e por satélite, as novas tecnologias de produção foram imediatamente incorporadas pelos setores da comunicação proporcionando o avanço de redes locais de comunicação nas comunidades periféricas como as rádios comunitárias. Pequenas redes semi-industriais foram conformando um mercado de circulação, produção e estratégias de marketing específicas, através das quais produtores de eventos e festas ganhavam visibilidade e



influência nas suas comunidades, a despeito dos meios oficiais de comunicação de massa.

A condição de excluído surge no discurso do Rapper, nas lutas indígenas e étnicas, na imagem dos grafites de rua, como arte e denúncia, a crônica do cotidiano circula no espaço onde o poder público e a mídia estão ausentes. O processo globalizador inscreve a transformação a partir das formas locais e redes globais de intercâmbio, de expressão e de solidariedade. A sociabilidade de rede induz a partilha de um capital simbólico comum através do qual se forjam identidades. Práticas e experiências, que se realizavam de forma desagregada e privada, passaram a ser históricas e socialmente associadas a semânticas subculturais comuns. Favorecidas pelo crescente intercâmbio material e simbólico que questiona as fronteiras simbólicas e geopolíticas vigentes, as reivindicações culturais e políticas das populações periféricas ganham sentido no âmbito de formas e aspirações de reconhecimento então vigentes em outros contextos socioculturais. A valorização da diversidade cultural e a identificação com as heranças afro-hispânicas, indígenas ou islâmicas e outras mobilizam redes sociais transnacionais e fornecem espaços discursivos para tematização de assuntos de relevância comum a todas as comunidades periféricas do mundo pós-colonial.

Estado e política cultural

Enquanto a prática multicultural avançava, a política cultural dos anos 1990 se baseava na

relação entre o Ministério e a clientela fixa de produtores culturais. Os interesses coletivos e valores universais que integram a dinâmica do campo cultural ou apontem para ordens de menor visibilidade da atividade cultural oficial, não participavam da dinâmica decisória.

A política fiscal, tal como foi institucionalizada, não atende uma demanda de menor visibilidade numa economia de mercado. A lei de incentivo, ao lado de desestimular a iniciativa privada a investir o seu próprio capital em projetos culturais, permite ser usada pela empresa de forma utilitária à sua imagem institucional. A lei permitiu às corporações criarem as suas instituições culturais “sem fins lucrativos” que hoje detêm um orçamento incomparavelmente superior ao do Ministério da Cultura.

Seria o papel das agências públicas do Estado atuar junto aos vários segmentos da sociedade e do mercado, intermediando valores e modos de produção cultural “legitimando a valor simbólico de certos bens como também os grupos competentes na apropriação desses valores” (DiMaggio, 1992, p.135). Contudo, a dinâmica da administração pública é complexa, tendo em vista o projeto de desativar as instituições do Estado, as elites que lá se estabeleceram e a integração dos setores do mercado na produção decisória. Os setores não organizados e isolados socialmente, não têm poder de participação e barganha na dinâmica das decisões.



A produção de eventos como shows de música e espetáculos de teatro e dança incluem em seu patrocínio os recursos da lei e, no entanto, os ingressos e os custos são cobrados a preços do mercado. O ganho privado dos produtores culturais é favorecido por duas fontes: a da produção (assegurada pelos recursos fiscais) e do consumo. Enquanto as leis de incentivos fiscais agenciam duas instâncias da cultura: a erudita e a do entretenimento. Fundações culturais, construídas com recursos fiscais, poderiam destinar e ampliar os recursos no atendimento às demandas das comunidades. Contudo, a gestão anterior ampliou o poder decisório das empresas públicas sobre o setor cultural. Empresas como a Petrobrás, Embratel, Telecom, BNDES e Banco do Brasil destinam recursos fiscais e decidem grande parte da produção cultural do país. Essas empresas detêm um orçamento maior que o Ministério. Esses recursos, contudo, são recursos públicos tratados como investimentos institucionais privados.

Está em jogo a extensão dos recursos de Estado e mercado com que conta os agentes políticos e comunidades culturais para processar suas demandas e implementar decisões e a organização de uma agenda da qual se extraia instituições e orientações políticas para todos os setores, mas, principalmente, aqueles que não dispõem dos mesmos recursos de congraçamento e inclusão cultural e social estabelecidos pela modernidade eurocêntrica.

Capital social, cultura cívica e solidariedade

A tradicional organização burocrática e formal do Estado e de suas agências públicas foi repensada por defensores da proposta de capital social. Segundo Coleman (1992), o Estado de Bem-Estar acabou por atrofiar o desenvolvimento de canais informais e ordinários de participação social. Outros autores, como Putnam e Evans, defendem a idéia de sinergia entre capital social e Estado, segundo a qual o Estado pode fortalecer a eficiência de instituições locais e atrair o setor privado no processo de produção e distribuição (*delivery*) de bens. Para essa visão, as políticas associadas aos grupos locais agregam tanto a solidariedade local quanto a incentivos a interesses individuais. No âmbito das políticas de preservação do patrimônio e renovação de centros históricos, a participação local, ao lado de proporcionar a ocupação social do espaço, a valorização da memória e da cultura local, pode atrair o desenvolvimento sustentável do turismo e outros investimentos econômicos de maior e menor rentabilidade como, por exemplo, a comercialização do artesanato e passeios ecológicos locais. Parte considerável do patrimônio histórico está situada em regiões de baixa atividade econômica e sem recursos de sustentabilidade. Importa considerar os diversos contextos organizacionais locais em sua capacidade de gestão, regulação e cooperação com atores estatais e privados. A disputa pelo reconhecimento político da área cultural



configura um processo complexo, tendo em vista que os conselhos de cultura dos estados e municípios não são normativos e paritários, e as ONGs que operam no cotidiano local não dispõem de recursos que viabilizem a cultura como prioridade de suas políticas. Os conselhos, em sua maioria, não incorporam segmentos representativos dos diversos campos que envolvem interesses e valores que se vinculam à produção, criação, distribuição e consumo da produção cada vez mais multicultural.

A UNESCO, desde o início dos anos 1990, tem afirmado que a política cultural deve substituir as representações monolíticas da cultura e identidade nacional e permitir a emergência de associações locais junto a atores privados. Segundo a UNESCO deve-se superar a idéia da cultura “como responsabilidade normal do Estado e do Governo”. Ao invés de defender a identidade nacional, cabe ao Estado permitir a livre expressão da diversidade cultural, através da valorização das práticas e demandas culturais locais.

A inserção do Estado numa economia política global e o processo de democratização fazem com que a perspectiva universalista ou pluralista de identidade nacional seja defendida por diversos grupos que passam a competir com o Estado pelo monopólio de uma ou variadas idéias de nação.

Do ponto de vista de uma economia global, a valorização ou fetichização da diferença cultural, viabiliza um processo distributivo através do qual a diversidade cultural passa ser reconhecida no processo competitivo.

No entanto, que tipo de reciprocidade poderia emergir entre a internacionalização e privatização econômica e a valorização das identidades culturais locais? Como inscrever o potencial da dimensão cultural local no universo econômico competitivo.

A tentativa de organizar a cultura localmente expõe os riscos de construção de estratégias de diferenciação. Na visão de DiMaggio (1992), na medida em que os campos de classificação tornam-se diferenciados, perdem-se os substratos da autoridade cultural, aberta tanto às nomeações da sociedade de mercado quanto das comunidades. As estratégias de diferenciação que organizam os movimentos sociais são dispositivos de construção de novos campos de classificação e regulação das diferenças identitárias, baseadas em formas de solidariedade. Já a proposta de Capital Social busca reconhecer os laços de solidariedade, normas de confiança e formas organizacionais existentes e resistentes que sobrevivem ao nível local e que imprimem resistências culturais e também produtivas, no sentido de possuir formas específicas e informais de sobrevivência econômica. Um dos papéis das políticas públicas foi o de manter determinadas instituições com relativa autoridade e autonomia de garantir e assegurar a distinção entre formas e valores de determinadas práticas e formas de expressão culturais. Cabe ao Estado atual ampliar o espaço institucional para os diversos segmentos socioculturais da sociedade que ficaram isolados da partilha de valores. O processo de diferenciação e classificação dos bens culturais



situava-se num espaço político cultural, em grande medida, ocupado por grupos de elites especialistas da alta cultura, sejam aqueles que legitimam narrativas da nacionalidade ou a sofisticação de linguagens sejam elas clássicas ou experimentais. O Estado, ao endossar de forma tutelar um sistema de reprodução da alta cultura “libertando-a dos constrangimentos do mecenato e do mercado” acabou por afastar os bens culturais e artísticos das sanções do próprio público. O efeito perverso dessa política foi o de acentuar a distância entre o público cidadão e as “próprias” produções culturais e confirmar a hegemonia dominante de uma classe média educada. Tal política de Estado também permitiu às instituições da indústria de massa se apropriarem do universo simbólico das populações periféricas regionais, de outros segmentos socioculturais populares como também daqueles segmentos que não dominam os códigos de classificação dos bens culturais.

A política cultural está diante de grandes desafios para se justificar como política pública. A globalização inevitavelmente amplia e fragmenta as demandas por políticas e lhes impõe outras estratégias de justificação, sejam elas ao nível discursivo ou na produção de indicadores econômicos e de consumo. Na medida em que o processo de privatização avança, a escolha do consumidor tem um peso maior no mercado de decisões políticas, processo que “enfraquece as bases da autoridade cultural”, anteriormente situadas ao nível da produção.

Como garantir num contexto neoliberal a convivência democrática entre os benefícios materiais e maximizadores e a lógica dos valores, discursos e classificações que constituem a obra cultural? A obra cultural não se restringe a uma racionalidade econômica, na qual seus empreendedores buscam reduzir custos, maximizar o lucro e a acumulação. O Estado, a menos que encontre novas estratégias de justificação ética, econômica e política, não terá a capacidade decisória junto ao mercado cada vez mais internacionalizado e dominado por grandes corporações transnacionais e multinacionais. A atual defesa da diversidade e criatividade vem inserindo a agenda cultural não mais como representação de segmentos específicos e linguagens de arte, mas como “modo de vida, valores de coesão e solidariedade, preservação de etnias e linguagens, comunidades locais, sistema de valores e crenças”. Proposta que pode aproximar a política cultural dos projetos que visam a formação do capital social e ampliar a sua inserção numa agenda mais ampla da política de Estado relacionada aos temas da cidadania, dos direitos bem como com setores de meio ambiente, urbanização, turismo e outras áreas que afetam e são afetadas pelas práticas e valores culturais.

Segundo a UNESCO, as políticas de cultura devem institucionalizar uma agenda que integre propostas de participação local junto às ONGs e instâncias associativas e devem ser também intergerativas no sentido de transmitir para futuras gerações os bens, práticas e valores herdados.



Novos critérios para a designação do valor de herança cultural incluem áreas urbanas, bairros, festas populares, centros de culto do Candomblé, estações de trem, teatros, bibliotecas, enfim, toda e qualquer manifestação, esteja ela no passado ou na contemporaneidade, que interligue o modo de vida local. Resta considerar de que forma as políticas nacionais, locais e de parceria podem ser menos discriminatórias e mais equitativas, intergenerativas e não contribuir para a construção da espetacularização do local.

Cultura, sustentabilidade, poder local e cidadania

O debate sobre sustentabilidade ambiental, precisamente a partir do relatório “Nosso Futuro Comum”, advogava a preparação e a incorporação das mais isoladas comunidades na economia de mercado. Essa justificativa discursiva alcançou um amplo consenso nas agências internacionais de desenvolvimento no sentido de apoiar a chamada agenda sobre *local empowerment*. Por um lado, essas iniciativas trouxeram novas oportunidades econômicas, políticas e sociais para as comunidades, o nome de Chico Mendes surge como uma liderança internacional na defesa da Amazônia e das comunidades extrativistas ribeirinhas. A reunião da Comissão Mundial pelo Meio-Ambiente e o Fórum Global em 1992 inscreveram o debate sobre os direitos legais, as aspirações, capacidades, os estilos de vida e a regulação

institucional da proteção às minorias. A agenda ambiental disseminava a idéia segundo a qual o que poderia ser menos satisfatório em termos de crescimento econômico poderia ser auto-sustentável no sentido de preencher as necessidades econômicas e culturais em escalas locais. As concepções de empoderamento, solidariedade e estima têm sido aplicadas de várias formas às políticas públicas no sentido de promover a coexistência multicultural, mas ainda não existe uma legislação e institucionalização que regule a distribuição e poder e recursos entre comunidades, associações, governos e esfera jurídica, bem como fundações e instituições universitárias. Como os grupos minoritários poderiam obter acesso material e político aos meios de defesa de seus direitos e de seu modo de vida?

As políticas culturais jogam um papel fundamental no sentido de conduzir a hegemonia desses grupos e suas tradições silenciadas pela modernidade eurocêntrica.

O conceito de política cultural e de distribuição deve consolidar um argumento político e suas respectivas posições de valor. Política cultural não trata apenas dos direitos de produção simbólica de bens, mas de um processo generativo, que não é assegurado por leis, mas por práticas que operam fora do Estado e das intervenções discursivas que lutam pelo seu controle.

Contudo, o empoderamento comunitário pode representar um projeto contra-hegemônico em face do discurso neoliberal do



processo de globalização capitalista e da regulação globalizada das diferenças identitárias.

Os conceitos de multiculturalismo e sustentabilidade trouxeram a defesa do pluralismo de identidades e do direito das populações tradicionais à sua própria organização e desenvolvimento. Neste contexto, o ideal de cidadania multicultural é um meio de confrontação e luta que abre caminho para a proliferação de esferas públicas locais, simultaneamente capazes de articular translocalmente confrontando e, às vezes, trabalhando junto com o Estado como uma força contra-hegemônica que harmoniza e impulsiona a vocação emancipatória para a cidadania cosmopolita. (Santos, 2003). Diferentemente das análises pós-estruturalistas, o ideal de auto-realização e contestação presente nas iniciativas culturais nos possibilita perceber um procedimento que busca afirmar uma potência criativa e, ao mesmo tempo, reconciliar os agentes numa prática intersubjetiva dotada de uma moldura normativa que visa a estabelecer novas condições sociais de auto-realização e integração.

A política cultural cumpre um papel fundamental na construção de um processo institucional e discursivo, no qual os membros de culturas marginalizadas sejam capazes de deliberar suas demandas e necessidades, bem como manter as práticas dentro das quais se tecem e emergem suas aspirações.

Cultura, igualdade e justiça

Podemos afirmar, respaldados por Honneth (1995), que, para esses grupos, a cultura representa potencialmente a justificação moral de suas correspondentes demandas de inclusão e respeito social. Resta considerar que forma e dinâmica tais demandas adquirem na sociedade. Tais grupos caracterizam-se como uma comunidade culturalmente integrada partilhando história, memórias, práticas por meio das quais reivindicam – como membros de seus específicos grupos – o acesso à igualdade.

A pluralidade de formas de vida inscreve dinâmicas específicas de reconhecimento mútuo que são passíveis de progresso normativo na medida em que possam articular a seu favor concepções ético-políticas.

Honneth mostra como a partir da institucionalização da idéia normativa de igualdade legal, a idéia de “individual achievement” emergia “as a leading cultural idea” (Fraser e Honneth: 2003, p.140). O conceito de honra gradativamente perdia validade, abrindo espaço para a individualização do desempenho e formas de realização individual e diferencial de valores socialmente partilhados.

Entretanto, o processo de reorganização do status legal e da ordem de prestígio dividiu a concepção de honra em duas idéias opostas: por um lado, os indivíduos passaram a desfrutar respeito e adquirir dignidade e autonomia, enquanto outra parte da noção de igualdade submetia à estima social a atribuição de mérito



relativo ao desempenho diferencial em relação a outras formas de atividades submetidas a esferas diferenciadas e assimétricas de valoração social e econômica. Sendo a expectativa normativa básica do comportamento humano a busca do reconhecimento social de sua habilidade distintiva, os indivíduos lutam para preencher essa potencialidade e a ausência de princípios normativos de reconhecimento mútuo inevitavelmente isola capacidades e talentos da livre expressão e inclusão na sociedade. A atribuição do mérito (*achievement*) veicula as interpretações culturais que legitimam critérios de valor que sustentam uma idéia culturalmente construída de bem social como bem público e critérios distintivos no acesso ao uso dos recursos disponíveis.

Ainda que experiências sociais conduzam à valorização de outras práticas que concernem à reprodução social, o desenvolvimento individual e coletivo de novas potencialidades e constituam demandas por estima social, estas esbarram no poder de justificação moral mobilizado pela esfera do mérito (*achievement*).

O princípio da igualdade assegurava inovações e ganhos de bem-estar social, mantendo a estratificação social inalterada na medida em que assegurava acessos diferenciais aos recursos, normativamente divididos em dois princípios de distribuição: direitos sociais de igualdade que garantem aos sujeitos legais o acesso aos bens socialmente disponíveis e os princípios de mérito, que reserva maior partilha dos recursos distributivos para os grupos privilegiados

pelo reconhecimento de seus bens e de suas habilidades específicas.

As lutas sociais e identitárias expressam questionamento moral dos modelos e princípios avaliativos, reivindicando a estima social e a valoração de suas habilidades individuais e suas respectivas contribuições à sociedade.

Na medida em que a ordem dos valores não pode ser aplicada funcionalmente na sociedade, as lutas e negociações se impõem de forma informal ou politicamente organizada, pressionando o sistema de valores vigente. A fonte básica de motivação social ou individual é a experiência moral do desrespeito, ou seja, “a injúria social” a integridade e a dignidade.

Na visão de Honneth (1995), o processo de diferenciação é, ao mesmo tempo, um processo de auto-identificação coletiva e individual de formas de vida e práticas sociais que não encontram legitimidade frente aos padrões culturais e institucionais existentes. Neste sentido, demandas por reconhecimento e igualdade se instrumentalizam a partir da culturalização dos conflitos sociais, ou seja, a partir de um processo de autodefinição das minorias sociais, capacitando-as a mobilizar criativa e moralmente argumentos políticos a favor de sua inclusão.

Ainda que não haja consenso acerca de um modelo político cultural de sociedade pluralizada, a sociedade é uma construção humana e como tal um processo permanente de reconhecimento e re-significação de valores e práticas, em face do qual se inscreve o espaço



institucional para o debate acerca da pluriculturalidade do direito a que grupos se organizem e optem pelo seu próprio desenvolvimento.

Referências Bibliográficas

- ALVAREZ, S.; DAGNINO, E. & ESCOBAR, A. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- APPADURAI, A. *Modernity at a large: cultural dimensions of globalization*. Mineápolis: Minesota, 1996.
- BHABHA, Hommi. *O local das culturas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- BENHABIB, S. *Situating the self*. Cambridge: Polity Press, 1992.
- _____. *The claim of culture*. Princeton: Princeton University Press, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *Les sens pratique*. Paris: Minuit, 1980.
- _____. & Coleman, J. (Org.) *Social theory for changing society*. Washington: Westview Press Boulder, 1990.
- BRADFORD, G. & GARY, M. *The politics of culture: policy perspectives for institutions and communities*. New York: The New Press, 2000.
- CALHOUN, C. The politics of identity and recognition. In: CALHOUN, C. *Critical social theory*. Oxford and Cambridge, 1995, p.193-215.
- CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. México: Grijalbo, 1990.
- CASTELLS, M. *Sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- ESCOBAR, A. *Encountering development: the making and unmaking of the third world*. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- COSTA, S. *As cores de Ercília: esfera pública, democracia e configurações pós-nacionais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- DIMAGGIO, P. Social structure, institutions and cultural goods: the case of United States. In: BOURDIEU, P. & COLEMAN, J. (Orgs.) *Social theory for changing society*. Westview: Westview Press Boulder, 1992.
- ELIAS, N. & SCOTSON, J. *Os estabelecidos e os outsiders*. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000 [1965].
- EVANS, P. *State-society synergy: government and social capital in development*. Berkeley: University of California, 1996.
- FRASER, N. From redistribution to recognition? Dilemas of justice in post-socialist age. In: *New Left Review*, n. 212. London: Verso, 1995, p.68-93.
- _____. *Redistribution or recognition? Philosophical exchange*. London: Verso, 2001.
- FRIEDMANN, J. *Empowerment: the politics of alternative development*. UK: Blackwell, 1993.
- GILROY, P. *O atlântico negro. Modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: UCAM, 2001.



- HALL, S. Cultural identity and diaspora. In: RUTHERFORD, J. (Hg.). *Identity: community, culture, difference*. London: Lawrence & Wishart, 1990, p.222-237.
- _____. Introduction. Who needs 'identity'? In: GAY, P. (Hg.) *Questions of cultural identity*. London: Sage Publications, 1999, p.21-17.
- _____. The question of cultural identity. In: HALL, S.; HELD, D.; HUBERT, D. & THOMPSON, K. (Orgs.). *Modernity. An introduction to modern societies*. Cambridge; Massachusetts: Blackwell, 1996b, p.595-634.
- HONNETH, A. *The struggle for recognition: the moral grammar of social conflicts*. Cambridge: Polity Press, 1995.
- _____. Recognition or redistribution? In: *Theory, Culture and Society*, n. 2-3. London: Sage Publications, 2001, p.43.
- JOAS, H. Decline of community? Comparative observations on Germany and the United States. In: JANNING, J. et. al. *Civic engagement in Atlantic Community*. Gütersloch: Bertelsmann Foundation ed, 1999, p.55-66.
- MICELI, S. *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.
- PANKKRATZ, David. *Multiculturalism and public arts policy*. Connecticut; London: Bergin and Garvey, 1993.
- PUTNAM, R. & NANNETTI, R. *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. Princeton: Princeton University Press, 1993.
- SANTOS, B. S. Toward a multicultural conception of human right. In: FEATHERSTONE, M. & LASH, S. (Eds.) *Spaces of culture: city-nation-world*. London: Sage, 1999, p.214-29.
- _____. *Reconhecer para libertar*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SEN, A. *Culture and economic development*. Paris. Unesco, 1995.
- _____. *Development as freedom*. New York: Anchor Books, 1999.
- _____. *Culture and development*. Working paper. Washington: World Bank, 2001.
- UNESCO. *Our cultural diversity*. Paris: Unesco, 1995.
- _____. World Culture report. Culture creativity and market. Paris: Unesco, 1998.
- TAYLOR, C. *Sources of the self*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- _____. The politics of recognition. In: GUTMAN (Ed.). *Multiculturalism: Examining politics of recognition*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1994.
- URFALINO, Philippe. *Les politiques culturelles: mécénat caché et académies invisibles*. In: *L'année sociologique*, n.39. Paris: Annales Sociologique, 1989, p.26-45.
- WALBY, Sylvia. From community to coalization: the politics of recognition as the handmaiden of politics of equality in a era of globalization. In: *Theory, Culture and Society*, n.2-3. London: Sage, 2001, p.67-82.



Abstract – *This text goes over the redefinition of the agenda for cultural policies, relating them to the concepts of recognition, multiculturalism, justice, and equity. Like the social movements supporting them, these concepts bring up ethical, moral, and identity dimensions, which, having stayed under State tutelage, were silenced out of political-cultural debate. Special attention is given to the relevance of the State reconciling specific social-cultural processes against universal models of citizenship and politics.*

Keywords: *culture; recognition; multiculturalism; citizenship; public space.*

Resumen – *En este texto, se aborda la redefinición das agendas de política cultural, relacionándolas a los conceptos de reconocimiento, pluralismo cultural, justicia e igualdad. Esos conceptos, así como los movimientos sociales que los sostienen, hacen emerger dimensiones éticas, morales e identitarias que, habiendo permanecido bajo tutela del Estado, eran silenciadas del debate político-cultural. Se enfatiza, además, la importancia del Estado en la conciliación de procesos socioculturales particulares con modelos universales de ciudadanía y política.*

Palabras-clave: *cultura; reconocimiento; pluralismo; ciudadanía; espacio público.*
